

Credores começam a assinar acordo com Brasil

Roberto Garcia

NOVA IORQUE — O governo do Brasil e um grupo de seus credores comerciais começaram a assinar ontem o acordo de financiamento de US\$ 3 bilhões para o pagamento dos juros devidos pelo Brasil desde a moratória de 20 de fevereiro. O chefe da equipe negociadora brasileira, Fernão Bracher, e o presidente do comitê assessor dos bancos credores, William Rhodes, disseram que, embora representantes de grande parte desses bancos tivessem assinado também os documentos de empréstimos, muitos outros deixaram de fazê-lo. Por causa disso, os livros ficaram abertos num escritório do Citibank, à espera de que a totalidade dos credores que se comprometeram a contribuir com dinheiro para o pacote o façam.

Bracher e Rhodes disseram que o acordo deverá se tornar efetivo em poucos dias, com o primeiro desembolso por parte do Brasil previsto para antes do fim do mês. O Brasil pagará cerca de US\$ 1,2 bilhão para cobrir juros sobre créditos a médio e longo prazos referentes a outubro, novembro e a primeira metade de dezembro. Um terço desse total virá das reservas cambiais brasileiras.

Fernão Bracher explicou que enquanto os bancos não contribuírem com dois terços do primeiro pagamento de juros atrasados o Brasil não fará seu pagamento. Segundo os termos de um acordo fechado no início do mês passado, na última segunda-feira, o Brasil deveria ter feito o pagamento de sua parte.

— Nós temos e sempre tivemos o dinheiro para pagar a nossa parte — afirmou Bracher ontem ao JORNAL DO BRASIL. — O problema é que os bancos não entraram com a parte que correspondia a eles. Quando eles o fizerem, nosso dinheiro será enviado — acrescentou.

Funcionários brasileiros e de alguns bancos credores afirmam que a “escorregada do prazo” não constitui nenhum problema especial. Mas a falta de cumprimento do primeiro prazo fixado pelo acordo confirma suspeitas de alguns céticos. “Tem muita gente que nunca acreditou na viabilidade desse acordo. O primeiro prazo por ele estabelecido não foi cumprido e não é mera coincidência”, comentou uma importante fonte financeira em Nova Iorque.

As duas posições refletem as grandes divisões e a falta de direção que caracteriza atual-

mente toda a questão da dívida externa, tanto por parte de credores quanto de devedores. Se alguns continuam empenhados num interminável processo de reescalonamento do principal e de juros, afirmando que as dificuldades são apenas temporárias, outros confessam seu desencanto com todo o processo e cancelam a dívida de muitos de seus credores.

Fontes brasileiras e americanas informam que discordâncias entre os bancos e atrasos na preparação de documentos jurídicos causaram a falta de cumprimento do primeiro prazo do acordo brasileiro. Quando enviaram telexes comunicando que iriam aderir ao pacote, muitos bancos estabeleceram condições. Eles estão ainda esperando o cumprimento dessas condições antes de enviar sua contribuição. “Há bancos que dizem que participarão se os bancos de tal e tal região também participarem. Outros querem que o Brasil faça isso ou aquilo antes deles mandarem o dinheiro. Por causa disso, há atraso mas tudo será superado”, afirmou um membro da comissão de 14 bancos que coordena todos os credores do Brasil.

— Seria incorreto dizer que o atraso é um problema dos bancos. Como os maiores credores e o Brasil vão fazer depósitos simultâneos, interessa a nós que isso aconteça o mais rapidamente possível — afirmou Bracher ontem. Ele disse que, junto com Seixas, havia telefonado a vários bancos credores, proporcionando esclarecimentos e fazendo apelo a fim de que o pacote pudesse ser concluído rapidamente.

Outras fontes explicam que todos os credores receberão os pagamentos de juros atrasados, independentemente de sua participação no empréstimo de 3 bilhões de dólares ao Brasil. Por causa disso, um grupo de instituições que não quer continuar participando do financiamento de nações latino-americanas busca desculpas para não contribuir.

□ — O segundo dia de debates na Assembleia Parlamentar Latino-Americana para a Dívida Externa, em Brasília, foi marcado por uma grande descrença por parte dos debatedores — tanto dos países latino-americanos como os dos países europeus — de que a comunidade financeira internacional irá alterar sua postura de negociação da dívida sem que haja uma grande pressão conjunta por parte dos devedores.